

Educação para classe média

Sílvia Velho*

O denominador de qualidade de ensino no Brasil, em especial nos últimos anos, tem sido o caráter público ou privado da escola. Isto é, as escolas particulares de 1º e 2º graus caracterizam-se por um ensino de melhor qualidade, construções mais modernas, equipamentos mais sofisticados e melhores recursos pedagógicos. Essa situação, que se inverte no ensino universitário, evidenciou-se no que podemos chamar de apogeu das classes médias, nos anos 50, e foi revigorado a partir do golpe de 64.

A escola vem, historicamente, servindo de instrumento de legitimação do poder constituído (além de outras funções reprodutivistas) e, a partir de 1964, transformou-se num poderoso trunfo dos donos do poder.

Ampliar a oferta de ensino em todos os níveis de escolaridade foi meta declarada de todos os governos militares pós-64. Essa ampliação, no entanto, feita às custas principalmente da otimização do espaço físico disponível, não se caracterizou por uma concomitante melhora das condições de ensino. Isto é, não houve modificações substantivas na formação dos recursos humanos, nos materiais pedagógicos, enfim, não se adequou os sistemas de ensino para uma maior responsabilidade no ato de ensinar. Criaram-se mais vagas porém abandonou-se o ensino.

Essa situação resultou no êxodo das classes médias para o ensino particular. Isso foi confortável tanto para os cofres públicos quanto para os grupos privados que investem em educação. As classes assalariadas que tiveram acesso à escola pública não têm tradição de reclamar por melhor qualidade de ensino até porque não têm referências para avaliar qualidade, o que facilitou a degradação qualitativa sofrida pelo ensino público.

Do lado disto, os investimentos privados em educação foram garantidos pela demanda das classes médias que tiveram alguns benefícios salariais à época do "milagre brasileiro", e que eram reforçadas a investir em educação premiadas pela ideologia de que educação era um investimento com bons retornos.

A rede pública passou a servir às classes assalariadas de menor poder aquisitivo, enquanto que a rede particular crescia na proporção do entusiasmo das classes médias, com melhores salários, pelo investimento em educação.

No caso de Brasília, embora esse quadro sejam também ilustrativo, existem diferenças que merecem ser comentadas. Aqui, por características inclusive arquitetônicas, entre outras, as escolas públicas vinham servindo, no Plano Piloto, a um segmento populacional que não pode ser caracterizado por classe média de baixo poder aquisitivo. Fatores como bons salários para os professores e incentivos especiais àqueles de melhor formação profissional, favoreceram que fosse mantido um padrão de ensino público considerado excepcional em relação à

média do país, em especial no Plano Piloto. A escolinha da quadra limpa, de fácil acesso aos moradores tornou-se atraente mesmo para aqueles que podiam pagar escola particular. Como as camadas mais pobres da população, estão confinadas em cidades-satélites, a frequência das escolas do Plano Piloto ficou garantida quase que exclusivamente às crianças nele residentes. Sabe-se que se a clientela de uma escola se configura de crianças de origem social mais elevada, isso tende a facilitar a manutenção de padrões de ensino também mais elevados. Se as crianças trazem de suas casas estímulos mais aguçados para o processo de aprendizagem, estarão em vantagem para sofrer o processo pedagógico cujos conteúdos são, em geral, definidos por pesos oriundos das camadas mais altas.

Em resumo, Brasília evidencia uma dicotomia que não pode ser traduzida exclusivamente entre escola pública de má qualidade e escola particular de boa qualidade. Aqui, dentro da rede pública, o divisor de águas se amplia para: escolas do Plano de boa qualidade e escolas das cidades-satélites de má qualidade.

Esta situação, conforme nos referimos anteriormente, foi garantida principalmente porque a demanda no Plano Piloto é seletiva economicamente e, em termos quantitativos, não compromete as possibilidades das escolas. Isto porque uma parcela significativa das crianças das classes médias dirige-se para a rede particular, seja pelo "status" que isso confere, seja pela incredibilidade dos pais sobre o ensino público em geral, influenciados pela situação nacional. Além disso, os salários da tecnocracia brasiliense favoreceram essa opção.

Mas todas essa situação aqui descrita está passando por um processo de mudança que vem alterando profundamente a relação entre a oferta e a procura na escola pública. E aí está a questão central deste artigo.

Nos últimos anos os achatamentos salariais sofridos pela classe média, e que não pouparam os funcionários públicos, mesmo os de melhor remuneração, vêm-se refletindo em mudanças nas possibilidades de consumo dessa classe. O carro do ano já não faz parte de seus hábitos, as viagens reduziram-se e, agora, o sonho da melhor escola para os filhos começa a ficar impossível.

As anuidades escolares vêm tendo reajustes muito superiores aos reajustes salariais e, consequentemente, as despesas com educação passaram a representar um percentual muito elevado no orçamento doméstico. A solução parece que tende a ser um retorno à escola pública, mesmo que isso signifique uma redução também nas expectativas de realização profissional que tinham para seus filhos. Afinal, a ascensão social via diploma vem se revelando cada vez menos exequível, haja vista o volume de profissionais de nível superior desempregados. Investir em educação vem se tornando cada vez mais oneroso e mais arriscado. Portanto menos atraente.

Cabe aqui, portanto, a questão: o que será da escola pública de Brasília? Ela tinha se acomodado em receber cada vez menos crianças. A harmoniosa disputa com a rede privada era funcional

para o sistema público, que foi reduzindo seus investimentos em ampliação e melhoria do sistema. Agora, o progressivo retorno de alguns segmentos populacionais para a rede pública levará sem dúvida a um comprometimento da qualidade de ensino, visto que haverá inchamento nas salas de aula.

Nossas professoras estão acostumadas a trabalhar com vinte e cinco ou trinta crianças por turmas e, nestes últimos anos, as diretoras estão tendo que formar turmas maiores nas primeiras séries para atender à demanda. Há que se chamar a atenção também para o fato de que as nossas salas de aula, pelo menos nas escolas-classe, foram construídas dentro dos padrões ideais de atendimento. Colocar mais cinco ou dez carteiras escolares significará amontoar aos alunos em prejuízo do processo de aprendizagem.

Afinal, qual é a solução? Deixar de atender a demanda quando a escolaridade é constitucionalmente obrigatória?

Bem, em primeiro lugar cabe definir muito bem o que é prioritário na escola. Recentemente a Secretária de Educação do Distrito Federal declarou que estava adquirindo computadores para instalar nas escolas da rede oficial. O argumento utilizado para justificar essa decisão foi o de que nossas escolas públicas não podem ficar à margem do ensino oferecido pela rede particular que já contava com esse novo modismo nacional. Quem não tem computador não pode competir qualitativamente com quem tem.

Sem entrar no mérito da importância do computador para melhorar a qualidade de ensino (que aliás ainda é questão em aberto para os educado-

res) cabe indagar os seguintes pontos:

1) onde vão se instalar esses computadores se o espaço físico das escolas não está atendendo à demanda dos alunos?

2) se não há recursos para a expansão da rede, é o computador prioridade na decisão de investimentos?

3) se com as salas superlotadas os alunos terão dificuldades de aprender os ensinamentos básicos requeridos pela escolarização (por exemplo, ler e contar dignamente), o que dizer do aprendizado em computação, que exige preparo básico tanto dos alunos como dos professores?

4) se as APMs foram criadas sob a alegação de que os recursos públicos não são suficientes para a manutenção das necessidades básicas das escolas, quem financiará a manutenção dos computadores?

Sem avaliar esses pontos com muita clareza, parece que a decisão de comprar computadores não terá os efeitos de melhorar a competitividade qualitativa entre a rede pública e particular. Tem-se a impressão de que o computador seriam uma solução mágica que eliminaria problemas de maior relevância como uma maior adequação entre a capacidade física da escola, relação adequada entre número de alunos para cada professor e melhor adequação curricular, entre outras.

* Sílvia Velho é da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Educação